

## A atuação profissional em turismo no planejamento e execução do ensino de nível superior<sup>1</sup>

Luís Antonio Rizzon<sup>2</sup>

Universidade de Caxias do Sul – docente e pesquisador

Marcia Maria Cappellano dos Santos<sup>3</sup>

Universidade de Caxias do Sul – docente e pesquisadora

### Resumo

Se a atuação profissional em Turismo não pode desprender-se da dinâmica e complexidade conceituais que a referenciam, também não pode desconsiderar o contexto plural e igualmente dinâmico de inserção do fenômeno turístico. Esse contexto, numa visão macro, pode ser sintetizado, atualmente, no equacionamento entre os objetivos de desenvolvimento para o milênio, traçados pela ONU, e a necessidade de aplicar princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica nos diferentes setores do turismo, proposta pela OMT. Assim, preparar o turismólogo implica desenvolver o ensino levando em conta esse contexto. Mostra-se então pertinente respaldar o planejamento e a execução do ensino tendo como elemento norteador a questão: “O que o profissional deverá estar apto a fazer para lidar com a realidade?”

**Palavras-chave:** contexto de atuação do turismólogo; atuação e formação profissionais; planejamento e execução do ensino; relação profissional professor-aluno.

### Introdução

De acordo com o estabelecido, em 1998, na Conferência Mundial sobre o Ensino Superior realizada pela Unesco, a formação acadêmica pensada para o século XXI deverá contemplar o cidadão profissional que, em exercício de reflexão permanente – em cujas bases estão sua capacidade de pensar criticamente a realidade por ele identificada, analisada e interpretada –, busque um agir (fazer) que lhe permita intervir proativa e/ou reativamente nessa mesma realidade, tornando melhor a si próprio e aos membros da comunidade em que

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GT Outras Interfaces do IV Seminário da Associação Brasileira em Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR 2007.

<sup>2</sup> Licenciatura Plena em Filosofia (Universidade de Caxias do Sul – Caxias do Sul/RS); Mestrado em Psicologia Escolar (Illinois State University – USA); Doutorado em Psicologia (Universidad Pontificia de Salamanca – Espanha). [larrizon@ucs.br](mailto:larrizon@ucs.br)

<sup>3</sup> Bacharelado e Licenciatura em Letras: Português-Francês (Universidade Mackenzie – São Paulo/SP), Mestrado em Letras/Linguística Aplicada (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e Doutorado em Educação (Universidade Federal de São Carlos/SP). [mcsantos@ucs.br](mailto:mcsantos@ucs.br)



se situa, ou, em outras palavras, sendo uma pessoa que procura conviver socialmente na perspectiva do crescimento individual e coletivo.

Isso equivale a dizer que a formação do profissional turismólogo – assentada na dinâmica das bases conceituais que a referenciam – não poderia mais perder de vista o contexto plural e igualmente dinâmico de inserção do fenômeno turístico. E como uma decorrência natural, aqueles a quem cabe planejar e executar esse processo de formação no sistema formal de ensino teriam de perguntar-se o que fazer para contribuir, de modo efetivo, para uma educação que realmente pudesse vir a fazer a diferença; teriam de perguntar-se de que forma contribuir para que o aluno, como futuro profissional, pudesse lidar produtivamente com as múltiplas e diversificadas situações contextuais com as quais tenderá a se defrontar.

Nesse sentido, um conhecimento amplo e fecundo (construído na articulação da dimensão teórica com a práxis pedagógica) de cenários internos e externos, de interfaces locais, regionais, nacionais e globais, de possibilidades de desenvolvimento integrado na ótica da sustentabilidade e da qualidade de vida, passaria, ao que tudo indica, a constituir-se em eixo simultaneamente norteador e desencadeador dos processos de ensino e de aprendizagem, gerando mudanças significativas no estabelecimento dos respectivos objetivos, no desenho dos perfis de egresso, na estruturação curricular, na definição de procedimentos metodológicos e de conteúdos programáticos, no desenvolvimento de atividades avaliativas e na aferição de resultados de desempenho acadêmico.

Que cenários são esses traçados pelos estudiosos do fenômeno turístico? Como então planejar e executar o ensino face a essas previsões – ou imprevisibilidades?

É o que será brevemente tratado nos itens a seguir.

## **1 Cenários**

Ao referir-se aos novos tempos, Trigo (2002, p.155) faz menção ao ceticismo dos europeus, ao otimismo dos norte-americanos e asiáticos, às desconfianças ou às esperanças dos sul-americanos, quando o tema em questão é o futuro. Independentemente dos sentimentos que os diferentes povos do mundo possam experimentar, vive-se “um tempo de crises, de mudanças, ou seja, uma época de perigos, mas também de oportunidades”, diz o autor.



Tendo em conta essas considerações, desafios e possibilidades sobrevêm juntos no cenário que se divisa. É preciso então saber agir de modo a que os resultados do enfrentamento eficaz dos desafios se transformem em caminhos que conduzam à transformação de oportunidades em possibilidades concretas. No âmbito do turismo, como é sabido, os cenários presente e futuro que se desenham refletem ou projetam esse quadro.

Rejowsky e Solha (2002), de maneira muito apropriada, assinalam que o turismo deixou de ser uma experiência elitizada para tornar-se um direito de todo cidadão.

(...) o processo de globalização da economia internacional, a evolução dos transportes, as facilidades e a rapidez nas comunicações obtidas com o avanço da tecnologia de informação, dentre outros fatores, transformaram a inacessibilidade em acessibilidade e possibilidade. (p.101)

Goeldner, Ritchie & McIntosh (2002, p.441), por sua vez, afirmam que “um componente importante do estilo de vida de alta qualidade que [caracterizou] a última metade do século XX [foi] a utilização de quantidades cada vez maiores de tempo de lazer” – situação essa que tenderá a manter-se. E nessa perspectiva, a tendência é que o turismo também continue a crescer.

Não obstante isso, algumas forças, na qualidade de variáveis a serem observadas e/ou controladas, poderão vir a afetar o percurso na direção do desenvolvimento do turismo. Na obra citada, encontra-se referência a estudos desenvolvidos, na última década de noventa, pela Organização Mundial do Turismo (OMT), pelo *International Tourism Policy Forum* (ITPF) e pela *Economic Research Associates* (ERA), os quais buscavam fornecer, aos formuladores de políticas no setor turístico, cenários prováveis sobre padrões futuros de desenvolvimento, assim como estratégias alternativas para enfrentá-los.

Uma síntese dos estudos levados a efeito pela OMT, focalizando os principais determinantes e influências sobre a atividade turística internacional no período 1995-2020, é apresentada pelos autores na forma de uma tabela (p. 450), cujos dados a seguir transcrevemos.

<b>Determinantes</b>	<b>Características das atividades turísticas</b>
Economia	<ul style="list-style-type: none"><li>- Taxas de crescimento econômico global contínuas, de moderadas a boas</li><li>- Desempenho econômico acima da média para as economias dos Tigres Asiáticos</li></ul>



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

*IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007*

	<ul style="list-style-type: none"><li>- Aumento da diferença entre países ricos e pobres</li><li>- Aumento da harmonização de moedas</li></ul>
Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desenvolvimento da tecnologia de informação</li><li>- Avanços nas tecnologias de transportes</li></ul>
Política	<ul style="list-style-type: none"><li>- Remoção de barreiras para viagens internacionais</li><li>- Desregulamentação de transportes e outros setores</li></ul>
Demografia	<ul style="list-style-type: none"><li>- Envelhecimento da população e contratação de mão-de-obra em países industrializados, levando à migração sul-norte</li><li>- Erosão da família ocidental tradicional</li></ul>
Globalização	<ul style="list-style-type: none"><li>- Poder cada vez maior das forças internacionais econômicas e de mercado e conseqüente redução no controle dos estados individuais e corporações não-globais</li></ul>
Localização	<ul style="list-style-type: none"><li>- Conflito em países em desenvolvimento, entre identidade e modernidade</li><li>- Demanda de grupos definidos a partir da etnicidade, da religião e das estruturas sociais pelo reconhecimento de seus próprios direitos</li></ul>
Consciência socioambiental	<ul style="list-style-type: none"><li>- Aumento da consciência pública sobre questões socioculturais e ambientais</li><li>- Maior cobertura da mídia sobre grandes problemas globais (como a redução do suprimento de água)</li></ul>
Ambientes de moradia e trabalho	<ul style="list-style-type: none"><li>- Maior congestionamento urbano, tanto no mundo em desenvolvimento (especialmente) como no industrializado</li></ul>
Mudança de “economia de serviços” para “experiência”	<ul style="list-style-type: none"><li>- Ênfase mudando do fornecimento de experiências únicas para envolvimento pessoal do cliente</li></ul>



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

*IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007*

Marketing

- O uso de tecnologia eletrônica para identificar e comunicar-se com segmentos e nichos de mercado

As tendências apontadas pela ERA (p.454-456) remetem a cenários próximos aos divisados pela OMT. Vejam-se algumas delas: mudanças nos padrões de viagens, destinações emergentes, produtos novos, controle pela comunidade, surgimento de mercados especiais, participantes locais engajados, comunicação direta com o cliente. Por outro lado, a grande maioria das 19 forças que deverão influenciar o futuro do turismo, segundo os estudos do ITPF (p.444-445), ainda que expressas em forma discursiva diversa, também vêm ao encontro das demais tendências apontadas, porém, ampliando, em alguns aspectos, o âmbito de abrangência dos cenários. Eis alguns exemplos mencionados: oportunidades e pressões trazidas pelos avanços tecnológicos; tendência de democratização (com os habitantes locais participando das definições e políticas do turismo); privatização e desregulamentação das estruturas e serviços turísticos; obstáculos ao desenvolvimento turístico derivados de conflitos regionais ou da ocorrência de ações terroristas.

Especialmente nestes dois últimos estudos, duas outras tendências mereceriam ser evidenciadas: o turismo como setor socialmente responsável (ITPF) e como ferramenta de desenvolvimento (ERA). Ambas as tendências são retomadas, e com toda ênfase, no programa lançado pela OMT. Trata-se do programa Turismo Sustentável – eliminação da pobreza (ST-EP), que enfatiza a necessidade de equilíbrio entre os aspectos ambientais, sociais e econômicos do turismo, incluindo entre seus objetivos a eliminação da pobreza. O componente social e a equidade em escala global são assim introduzidos nas projeções de cenários, configurando-se como elementos primordiais na definição de políticas para o turismo, o qual é convidado a assumir sua parte.

Massina (2002), em suas reflexões sobre a importância do turismo como atividade econômica e tomando por base dados concretos oferecidos pela OMT, considera-o como o principal fator capaz de transformar o ciclo vicioso da pobreza dos países menos desenvolvidos em círculos de crescimento da atividade econômica, contribuindo para uma melhor distribuição de renda e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade das condições de vida das populações. Diz o autor:

(...) observa-se um certo direcionamento para destinos localizados em regiões menos desenvolvidas, favorecidas, por um lado, pela riqueza e variedade de seus recursos naturais e, por outro lado, pelo custo



econômico menor, muitas vezes ancorado numa variação cambial amplamente favorável à demanda. Daí por que, nos últimos cinco anos, a OMT constatou que a taxa de crescimento da demanda turística em direção a destinos situados em países menos desenvolvidos superou o dobro da demanda mundial (p.23)

Ora, ao considerar histórica ou projetivamente todos esses elementos, e neles, particularmente, o crescimento da atividade turística e sua contribuição, do ponto de vista econômico, para o crescimento do setor de serviços; e ao cotejá-los com o crescimento dos Índices de Desenvolvimento Humano ocorrido nos últimos 30 anos, infere-se de pronto uma possibilidade: a contribuição não suficientemente significativa do crescimento da atividade turística em termos de redução dos índices de pobreza e de desigualdades sociais. Isso nos leva a admitir que os benefícios desse desenvolvimento têm ficado restritos a alguns segmentos de população. Remete-nos igualmente a não descartar a possibilidade de o turismo estar, de certa forma ou em certo grau, atuando como um agente de desigualdades.

O desenvolvimento integral, harmonizando aspectos sociais, econômicos e ambientais e a redução da pobreza impõem-se, assim, como fundamentais na construção de cenários futuros, como também se impõe como essencial a participação dos turismólogos nesse processo de transformação da qualidade de vida de populações menos favorecidas. Sem desvalorizar a relevância da qualificação crescente dos serviços turísticos, dos padrões de segurança, de eficiência, de lucratividade e a necessária interação com o mercado, talvez seja nessa dimensão social a maior contribuição que o turismo – e os turismólogos – possam propiciar aos países menos avantajados economicamente, possibilitando-lhes crescimento de renda acompanhado de melhor distribuição desta junto às populações.

As repercussões e implicações desse quadro no ensino formal de nível superior parecem evidentes. É necessário transcender o âmbito de práticas educativas restritas ao treinamento de “habilidades turísticas”, a incursões conceituais não sistêmicas, logo, limitadas a determinadas áreas de conhecimento afetas a disciplinas curriculares, e, por conseguinte, a incursões conceituais desarticuladas entre si e em relação ao amplo contexto social, econômico e cultural de inserção da atividade turística. Longe ficou a idéia de campos de atuação profissional concebidos hipoteticamente como um mundo fabril que requer desempenhos “pré-moldados” para cujo treinamento se voltariam as atividades acadêmicas. Como já se alertou nas considerações introdutórias, no momento em que se planeja e executa o ensino com foco naquilo que o aluno deve fazer (como aprender a identificar necessidades



e demandas, a acessar conhecimentos, a refletir, a tomar decisões, a agir principalmente de modo proativo, colaborativo e responsável, entre outros comportamentos e atitudes) para atuar no ambiente ou nas situações que vai enfrentar enquanto profissional, parece que estaremos ajudando a ministrar ensino superior de qualidade e a preparar profissionais efetivamente aptos.

Alguns aportes teórico-práticos sobre a viabilização dessa proposta acadêmica serão objeto das próximas reflexões.

## **2 O planejamento, a execução do ensino e as relações profissionais entre professor e aluno**

É do entendimento do que possa constituir “ensinar” e “aprender” que se abrem novas possibilidades de planejamento e execução do ensino, além de novas possibilidades de compreensão, de planejamento e de orientação das próprias relações entre professor e alunos.

“Ensinar” e “aprender” são verbos que designam comportamentos. Mas qual a noção de “comportamento”? Em uma revisão da evolução do conceito, Botomé (1997) destaca que ele não pode ser entendido apenas como ação, resposta, ou aquilo que um organismo faz. A ação do organismo é apenas um componente da noção de “comportamento”. As mesmas respostas, em situações diferentes, podem designar comportamentos diferentes. Por exemplo, alguém fazendo movimentos de balanço da mão direita à altura do ombro pode estar acenando para um amigo ou, se o mesmo movimento for realizado sobre a superfície de uma parede, a mesma pessoa pode estar realizando a ação de “limpar”. Para definir o que está acontecendo, é necessário olhar para o que o organismo faz em relação ao ambiente em que o faz. A ênfase do conceito (derivado das contribuições da Análise Experimental do Comportamento), de acordo com o autor, está na relação entre aquilo que o organismo faz e o ambiente no qual ele o faz ou, dito de outra forma, na relação entre a ação do organismo e o meio em que realiza essa ação.

O termo “ambiente” tem uma conotação dinâmica e compreende dois aspectos: a situação antecedente – o que acontece antes ou junto com a ação do organismo – e a situação conseqüente – o que acontece depois da ação do organismo, como decorrência ou, apenas, subseqüentemente a ela. Nesse sentido, o ambiente é a interação entre a situação antecedente e a situação conseqüente, mediadas por aquilo que o organismo faz, que é, quase sempre, o responsável por essa transição.



A definição de “comportamento” como relação entre o que um organismo faz e o ambiente apresenta três componentes: situação – o que acontece antes ou junto da ação de um organismo; ação – aquilo que um organismo faz; e a consequência – o que acontece depois da ação de um organismo.

Os verbos utilizados para designar uma ação, ora enfatizam o componente “ação”, ora a relação com a situação, ora a relação com a consequência. Por exemplo, o verbo “correr” enfatiza a ação (considerando pouco o ambiente); o verbo “inferir” enfatiza a relação da ação com a situação antecedente (as informações existentes e o que alguém compreende a partir delas); e o verbo “limpar” enfatiza a relação da ação de um organismo com o que acontece depois dela (o resultado da ação do organismo).

É importante ressaltar que apenas as características da ação (respostas ou aquilo que o organismo faz) não definem um comportamento. Por exemplo, abotoar uma blusa não se define só pelas características dos movimentos dos dedos e das mãos em torno de botões e casas da blusa. “Limpar” não se define apenas por movimentos das mãos sobre uma superfície suja. “Ensinar” não se define pelo que o professor faz ou diz. “O comportamento é sempre um conjunto de relações (ou de microrrelações) que, em geral, são sintetizadas como se fossem uma relação” (BOTOMÉ, 1997, p.29). O comportamento de “limpar” é identificado, antes de mais nada, pela remoção de sujeira por meio da ação do organismo (ação que pode variar em suas características). A identificação do comportamento de “limpar” exige mais atenção no ambiente antecedente (superfície suja) e conseqüente (superfície limpa), do que na ação do organismo. Assim também o comportamento de “ensinar” se define mais pelo que acontece com o desempenho conseqüente do aluno do que pelo que o professor faz. Lembrando, “são as relações entre o que o organismo faz e o meio em que o faz que definem o comportamento que está ocorrendo” (BOTOMÉ, 1997, p.32).

No caso do ensino, é o resultado do que o professor faz que permitirá dizer se houve realmente ensino, ou apenas alguma atividade. O que pode ser chamado de “ensinar” é constituído pela relação entre o que o professor faz e um resultado esperado: a aprendizagem do aluno. Sem essa relação, não é apropriado denominar de “ensinar” as ações de um professor. Não se considera aceitável a idéia de que seja possível ensinar se ninguém aprendeu. “Ensinar” e “aprender” são verbos conjugados juntos (Pozo, 1996).

Botomé (1993) faz uma análise detalhada do que é ensinar e do que é aprender. Inicialmente o autor lembra que as definições tradicionais de “ensinar” como “aquilo que o



professor faz”, “dar instrução a”, “doutrinar”, “mostrar com ensinamento”, “demonstrar”, “instruir”, “apresentar informações”, “falar sobre as informações apresentadas”, “transmitir conhecimento ou conteúdo”, “dar consciência”, carecem de sustentação.

A palavra “ensinar” é definida por um efeito do que o professor faz sobre o comportamento de um outro organismo (aprendiz). Só se pode dizer que o professor ensinou se houver uma mudança no comportamento do aprendiz e se for demonstrada a relação funcional entre o que o professor fez (suas classes de ações) e a mudança observada no desempenho do aluno (efeito das classes de ações do professor)” (p. 63).

O “ensinar”, assim entendido, compreende as ações do professor, as ações do aluno e as relações entre as ações desses dois atores. “Ensinar” é, na verdade, uma classe geral de ações que compreende inúmeras classes de respostas. “Ensinar” e “aprender” são dois verbos que se referem, respectivamente, ao que faz um professor e ao que acontece com o aluno como decorrência desse fazer” (p. 89). Pozo (1996, p. 290) também assinala a diferença existente entre os verbos “expor” ou “explicar” e o verbo “ensinar”. Ninguém pode afirmar que “ensinou, mas o aluno não aprendeu”. Ensinar define-se por obter aprendizagem do aluno e não pela intenção (ou objetivo) do professor ou pelo que ele faz em aula. A relação entre o que o professor faz e a efetiva aprendizagem do aluno é que pode ser chamada de “ensinar”. Assim, se não ocorrerem classes de respostas do professor, não é apropriado ou correto dizer que há ensino. Igualmente, se não ocorrer desempenho do aprendiz de acordo com os objetivos (o que o professor pretendia que ele ficasse apto a fazer), não é razoável dizer que há aprendizagem (pelo menos aquela desejada) e, conseqüentemente, ensino. “As duas categorias de eventos estão relacionadas e são interdependentes. São, de certa forma, ‘duas faces da mesma moeda’” (BOTOMÉ, 1993, p. 94).

Do mesmo modo, o comportamento de “ensinar” não pode ser entendido se for ignorada a situação antecedente (a realidade) e o desempenho do aprendiz diante da mesma, sob pena de tornar-se discurso estéril ou mera apresentação de informações. O comportamento de “ensinar” não é planejado a partir do caos ou do nada, mas se organiza a partir de objetivos bem definidos e relevantes, concebidos tendo em vista o que se poderia chamar de “necessidades de aprendizagem”.

As relações de uma pessoa com sua realidade (as situações com que se defronta), quando essa pessoa ainda não aprendeu a lidar de maneira apropriada com ela, tendem a um padrão. Quem ainda não aprendeu reage às situações-problema com ações que já conhece,



com as quais já está acostumado. No máximo, testa soluções pelo ensaio-e-erro, sem critérios ou com critérios inadequados. Pode também ficar repetindo a mesma ação múltiplas vezes, talvez variando a força, a forma, a frequência, etc. Como consequência, a situação-problema permanece inalterada ou insuficientemente alterada. O organismo, provavelmente, vai apresentar desgaste físico, cansaço, desânimo, diminuição de auto-confiança.

Se esse tipo de relação for comparado com a de quem já é capaz de lidar de maneira apropriada com as situações com que se defronta, é possível perceber o que significa “aprender”. Quem aprendeu começa por estabelecer as características do problema a ser resolvido e explicita alternativas de solução. A seguir, escolhe a melhor alternativa em função das características do problema, dos recursos disponíveis e dos resultados desejados. Suas ações tendem a ser mais precisas e a corresponder ao melhor procedimento para solucionar o problema. Como resultado, a situação-problema tende a ser resolvida (a desaparecer ou a ser minimizada), e o indivíduo conta com maior probabilidade de chegar a resultados pertinentes. Nesse processo, há menor desgaste do organismo, experiência acumulada para lidar com novas situações-problema e aumento da probabilidade de, em situações semelhantes, serem apresentados desempenhos parecidos. “Aprender” significa estabelecer uma nova relação com o ambiente (realidade, situação) por meio de ações que constroem um novo ambiente a partir do que existia antes dessas ações do organismo. Nesse sentido, pode-se considerar “aprender” como mudança da relação entre o sujeito e seu ambiente.

Como “ensinar” e “aprender” são relações (“ensinar” é a relação entre as ações do professor e a aprendizagem do aluno, e “aprender” é a nova relação entre o sujeito e seu ambiente), a interação entre os dois processos (de “ensinar” e de “aprender”) se caracteriza como uma relação entre duas relações (ou processos). A complexidade aí presente pode ser apenas estimada. A efetivação do comportamento de “ensinar” requer que sejam consideradas características do aprendiz e os recursos de ensino existentes. Levados em conta os aspectos relevantes da realidade, o professor planeja classes de ação que incluem, desde descrever as situações-problema existentes na comunidade onde o aprendiz vai se inserir, desde propor comportamentos significativos ou objetivos de ensino, desde verificar as condições e os meios de ensino, até avaliar a eficácia de seu trabalho. O comportamento de “ensinar” não é apenas uma relação entre situação, classes de respostas do professor e decorrências ou consequências



destas, mas uma cadeia de relações, compondo um processo complexo de muitos elos encadeados.

Também “aprender” não se esgota na nova e mais eficiente relação do indivíduo com o seu meio. Depois de aprender, ou seja, depois da alteração do comportamento frente às situações-problema e, como conseqüência, depois de ter alcançado seus objetivos, o aprendiz pode generalizar o comportamento aprendido para outras situações similares. Esses são apenas exemplos de parte da complexa sucessão de elos que constitui a cadeia (ou processo) denominado “ensinar”, na sua relação com o processo denominado “aprender”.

A análise dos componentes do comportamento de “ensinar” ajuda a entender o sentido do “aprender”. Ele não se refere propriamente a uma classe de ações de um organismo, mas a uma mudança na maneira de um organismo relacionar-se com seu meio, ou seja, a uma mudança de comportamento (BOTOMÉ, 1993). Os comportamentos presentes nesse processo também têm três componentes: situações (classes de estímulos antecedentes), ação (classes de respostas) e resultados (classes de estímulos conseqüentes), conforme exame proposto pelo pesquisador. A ação, nesse caso, se refere ao comportamento do aluno e não ao do professor. Diante de uma situação-problema para o aprendiz, o organismo apresenta ações que resultam na alteração da situação existente, ou seja, na solução do problema que dá origem à ação. Já o organismo que “não aprendeu” apresenta classes de respostas inadequadas e, conseqüentemente, não há alterações nas situações originais.

O verbo “aprender”, à semelhança do verbo “ensinar”, compreende uma série muito grande de ações ou classes de respostas de um organismo diante de classes de estímulos (aspectos) componentes das situações antecedentes à ação e cujo resultado final é a alteração da situação original no sentido desejado ou mais apropriado para o organismo. A observação pura e simples das ações de um organismo não permite a verificação da ocorrência da aprendizagem. As ações, ou classes de respostas, têm que ser observadas em relação às características da situação antecedente e às características dos resultados das ações em dois momentos distintos: antes do processo de aprendizagem e depois dele.

À semelhança com “o ensinar”, “aprender” é, essencialmente, uma relação, mas com uma diferença muito importante: é uma mudança de um tipo de relação existente com o ambiente por outro tipo de relação. Essa mudança pode acontecer envolvendo pessoas que ensinam e pessoas que aprendem, como no caso da relação entre professor e alunos, ou sem



envolver essa relação, como quando há aprendizagem sem a intermediação de alguém (o ambiente também pode ensinar sem a ajuda de pessoas).

Na medida em que “ensinar” e “aprender” são definidos, essencialmente, a partir de relações, o evento “aula” pode ser examinado como um sistema de relações: entre “ensinar” e “aprender”, entre a realidade e o que é ensinado, entre a realidade e o processo de “ensinar”, entre a realidade, o processo de “aprender” e o que é aprendido. O comportamento de “ensinar” parte de uma realidade, e o de “aprender” se concretiza pela transformação ou mudança dessa realidade. Há relações entre a comunidade e o professor que organiza o ensino, e há relações entre o aluno e a comunidade, relações que se modificam a partir das ações dos que aprenderam a estabelecer novas relações. O professor ensina na medida em que se relaciona com o aluno, partindo da realidade na qual o aluno vai atuar e do conhecimento existente. O aluno aprende na medida em que se relaciona com o professor e, a partir do que descobre nessa relação, muda sua conduta em relação aos outros e às situações nas quais está inserido.

A quantidade e a qualidade das relações efetivadas em aula podem ser aumentadas ou diminuídas, melhoradas ou pioradas, dependendo do planejamento do professor e da maneira de efetivar o que planejou. Do que parte usualmente o professor quando planeja o ensino? Usualmente ele parte do conteúdo para, então, decidir o que e como ensinar e, assim, obter, como resultado, um profissional “preparado” ou “formado”. Nesse caso, o professor transmite, explica ou apresenta as informações ou conteúdos existentes e procura encontrar formas, técnicas, métodos interessantes, atraentes ou motivadores para que o aprendiz assimile essas informações (ou “contenha” esses “conteúdos”).

Em contraposição a essa forma de planejar e executar o ensino, Botomé (1979, 1993, 1994) propõe um esquema de etapas nos raciocínios e nos procedimentos de quem planeja o ensino. Nesse caso, a proposta parte das necessidades da comunidade, das situações com as quais o aprendiz vai se defrontar, da realidade que apresenta(rá) problemas a serem resolvidos. E é diante dessa realidade que cabe a pergunta: o que o profissional deve estar apto a fazer? Conhecido o que o profissional deve estar apto a fazer, advém a etapa seguinte, que consiste em responder à pergunta: o que é necessário ensinar para que o aluno esteja apto a fazer o necessário diante das situações com as quais se defrontará? Somente quando estiver bem claro o que deve ser ensinado para que o aprendiz esteja apto a atuar de forma eficaz diante da realidade, caberá propor conteúdos para balizar decisões e respectivas ações



conseqüentes. Nesse momento caberá ainda verificar as condições existentes ou necessárias para ensinar. Vencidas essas etapas e tomadas decisões, o professor estará profissionalmente contribuindo para que o aluno se torne apto a decidir, agir e contribuir para transformar a realidade. Em síntese, para essa concepção de ensino, o ponto de partida está nas necessidades e demandas identificadas. A partir delas, o professor procura explicitar o que o profissional deve estar apto a fazer para enfrentá-las, superá-las.

O ensino planejado e realizado de acordo com essa seqüência de procedimentos tenderá a produzir um padrão de relacionamento entre professor e aluno (padrão profissional) com características diferentes daquelas que tenderiam a ser produzidas pela seqüência de procedimentos que parte dos conteúdos. Talvez a escola e os professores precisem revisar o que e por que ensinam e o que e por que os alunos aprendem; o que fazem, como o fazem e as razões pelas quais o fazem. Essa revisão poderia produzir a percepção da necessidade de mudança nas relações entre professores e alunos e na dinâmica dos processos e das atividades pedagógicos.

### **Considerações finais**

Como se apresenta(rá) a realidade com que o turismólogo tenderá a se defrontar, face aos cenários previstos? Como caracterizá-la, analisá-la criticamente? O que deveria fazer o profissional em Turismo para nela intervir produtivamente, contribuindo para a consecução dos objetivos almejados? Ou, em outras palavras, como deveria agir esse profissional de modo a contribuir para o desenvolvimento integrado e a redução da pobreza? Que competências necessitaria desenvolver? O que deveria aprender? São todas essas, questões relevantes para o desencadeamento dos processos de planejamento e execução do ensino, quando se busca entregar à sociedade cidadãos profissionais imbuídos de qualificar a atividade turística, redimensionando-lhe os fins, os meios e também àqueles que a executam e a administram. Assim, para além de levar a efeito mudanças de paradigmas pedagógicos, nessa perspectiva, estará o ensino formal conferindo um sentido humanístico-social aos estudos voltados ao Turismo e, ao turismólogo, estará propiciando atravessar fronteiras reais e virtuais que separam a Academia da múltipla e dinâmica realidade que a circunscreve.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BOTOMÉ, S.P, Gonçalves, C. M. C., Miranda, A. M. A., Silva, E. B. N., Cardoso, de D. R., Ubeda, E. M. L., Silva, E., Pedrazzani, J. C., Naganuma, M., Ogasawara, M., De Rose, T. M. S. e Franco, W.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

*IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007*

(1979): Uma análise das condições necessárias para propor objetivos de ensino nas disciplinas do Curso Enfermagem. In *Ciência e Cultura (Resumos)*, N° 31, p.131.

BOTOMÉ, S. P. (1993): *Como decidir o que ensinar: objetivos de ensino, necessidades sociais e tecnologia educacional*. São Carlos (SP), Universidade Federal de São Carlos. Texto não publicado.

\_\_\_\_\_ (1994): *Contemporaneidade, ciência, educação e ... verbalismo*. Erechim (RS) Editora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

\_\_\_\_\_ (1997): *Sobre a noção de comportamento*. São Carlos (SP), Universidade Federal de São Carlos. Texto não publicado.

GOELDNER, Charles R; RITCHIE, J. R. Brent ; MCINTOSH, Robert W. *Princípios, práticas e filosofias*. 8.ed. Roberto Cataldo Costa (trad.). Porto Alegre-RS: Bookman, 2002.

MASINA, RENATO. *Introdução ao estudo do turismo: conceitos básicos*. Porto Alegre-RS: Mercado Aberto, 2002.

POZO, J. I. *Aprendices y maestros. La nueva cultura del aprendizaje*. Madrid, Alianza Editorial, 1996.

REJOWSKI, Miriam (org.). *Turismo no percurso do tempo*. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2002.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo*. 6.ed. Campinas – SP: Papyrus, 2002.